

PARA OS PESQUISADORES, CHEGARÁ O DIA DA DIGITALIZAÇÃO TOTAL?

O cinema tem menos de 120 anos de idade mas certamente já produziu tanto ou mais papel quanto outras artes mais antigas. São livros, revistas, jornais, folhetos, projetos, roteiros, documentos de produção, fotografias, recortes de imprensa, cartazes, postais, programas de cinema... Uma papelada sem fim que ocupa mais espaço que as latas de filmes e fitas de vídeo acumuladas em toda a era pré-digital.

Isso porque a existência do cinema coincidiu com a profusão dos meios impressos e as facilidades da reprodução xerográfica ao longo do século XX. Hoje nos deparamos com um refluxo nessa maré, graças aos arquivamentos digitais e ao compartilhamento nas nuvens da internet. O papel vai aos poucos deixando de ser o centro da memória sobre o cinema, além dos próprios meios audiovisuais. Mas se e quando a rede de computadores vai substituir plenamente a documentação impressa, essa é uma discussão que ainda pode preencher muitas folhas de papel. Como estas que você tem nas mãos agora.

A época dos “juntadores”

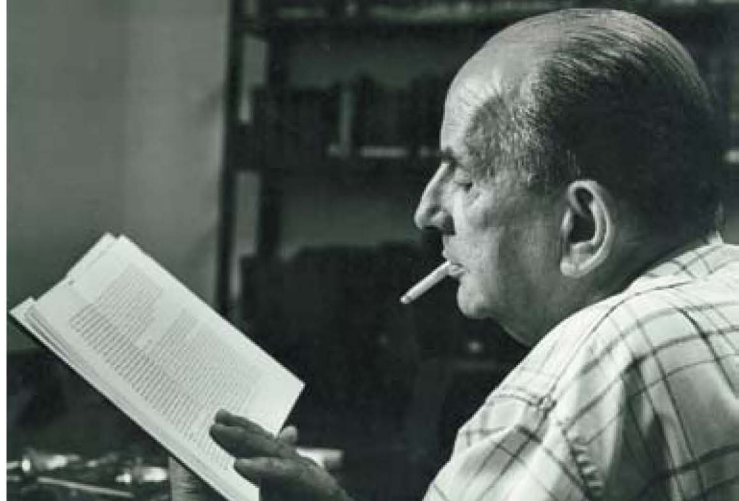
A era de ouro do papel no cinema brasileiro começou nos anos 1920, quando Adhemar Gonzaga resolveu organizar em arquivos o material sobre cinema que colecionava desde a infância. Os estúdios da Cinédia, fundados em 1930, incorporariam o acervo de papel de Gonzaga paralelamente à produção de filmes. Essa simbiose de indústria e documentação é mesmo característica de uma arte que, por muito tempo, teve sua circulação restrita aos meios comerciais. A falta de acesso fácil aos filmes gerou uma procura voraz pelos registros e subprodutos gráficos. Uma procura muitas vezes fetichista, pois substituíam o contato com o filme e permitia algum tipo de relação com astros, estrelas e personalidades do mundo cinematográfico.

Ainda hoje, com seus mais de 100 mil documentos, os arquivos da Cinédia constituem uma das fontes mais fecundas de pesquisa sobre o cinema brasileiro e internacional, sobretudo da primeira metade do século passado. A matéria de Leonardo Esteves nesta edição de Filme Cultura dá conta de outros acervos de vital importância para o conhecimento da história do cinema brasileiro. Acervos, aliás, tão vulneráveis a incêndios e enchentes quanto os de filmes.

A própria história dessas coleções ainda está por ser escrita – e daria um bom enredo. O papel, afinal, sempre foi objeto de disputas, ciúmes e possessividade. Nem todos os clássicos “juntadores” de papel tinham a benevolência de Alex Viány, que sempre coletou e colecionou para dividir com quem mais se interessasse. Ele próprio, ao apresentar sua pioneira *Introdução ao cinema brasileiro*, em 1959, menciona a “má vontade de alguns poucos, que muitas informações poderiam ter fornecido” e explica que não pôde “viver nos arquivos de Pedro Lima e Adhemar Gonzaga durante alguns meses” em parte por “respeito aos planos livrescos desses bons amigos”.



Pedro Lima



Adhemar Gonzaga

ACERVO FUNARTE

O arquivo particular de Pedro Lima, com cerca de 20 mil documentos, é um dos 26 grandes arquivos de pessoas ou instituições (como a Embrafilme e o Concine) hoje abrigados na Cinemateca Brasileira, junto a dezenas de pequenas coleções. Isto somado ao acervo da própria cinemateca eleva o total de documentos à ordem das centenas de milhares, dando uma pequena ideia da imensidão do planeta papel.

Números como esse, que começam a perder sentido na era dos acervos digitais, são dados relevantes para os cultores dos acervos físicos. O detentor de um desses arquivos ainda costuma ser definido pelo volume de seu patrimônio e pela exclusividade de seus tesouros. Um exemplo: a editora do livro *Cinema brasileiro (1908-1978) – Longa-metragem* incluiu uma nota sobre o autor desse levantamento, o pesquisador Araken Campos Pereira Júnior, destacando que ele “organizou biblioteca com cerca de 5 mil volumes, discoteca com 7 mil discos, além de fototeca com cerca de 6 mil fotografias de filmes e artistas do mundo todo”.

Nomes como Michel do Espírito Santo, Jorge Kuraíem Filho, Francisco Luiz de Almeida Salles, Mário Civelli, Paulo Perdigão, Rubem Biáfora, Pery Ribas, Álvaro Rocha, Márcio Galdino, Antonio Jesus Pfeil, Vladimir Carvalho, Wills Leal, Pedro Veriano, Fabiano Canosa, Luiz Felipe Miranda e tantos outros se juntam aos de Gonzaga, Lima e Viany no panteão dos grandes “papeleiros” que ajudaram a construir uma inestimável memória do cinema brasileiro. Uma memória que a idade da *web* vem herdar e difundir exponencialmente.

Nem tudo está no digital

Em tempos de discussão sobre livros impressos e livros eletrônicos, perguntar se os meios digitais vão tomar o lugar dos impressos na continuidade dos acervos documentais sobre cinema pode soar como mais uma falsa questão. Mas foi pensando no que pode estar acontecendo já hoje no cotidiano de quem trabalha com isso que a Filme Cultura consultou alguns experientes pesquisadores sobre a resistência do papel e o futuro da nuvem.

As respostas foram quase unânimes em afirmar que o papel não está com os dias – nem sequer os anos – contados como fonte de pesquisa primordial sobre cinema no Brasil. Poucos foram tão enfáticos como Antonio Leão da Silva Neto, autor dos *Dicionários de filmes brasileiros* e outras publicações de referência, na relativa minimização dos acervos tradicionais. “Pouco pesquisei em papel para os meus últimos livros. Cada vez sinto menos necessidade, pois as informações eletrônicas nos chegam abundantemente”, diz. Mas logo

vem uma ressalva importante: “Como esses livros foram atualizações, consegui quase tudo pela internet e em contato com os produtores, diretores, atores e técnicos para a devida checagem. Mas as informações que temos disponíveis em mídia eletrônica são para um período de no máximo 20 anos. Para trás ainda é necessário a pesquisa em papel”.

Eduardo Morettin, pesquisador especializado na história do cinema brasileiro da primeira metade do século XX, acha que a pesquisa em fontes impressas continua sendo fundamental. E não só em arquivos convencionais, como ele explica: “Atualmente estou terminando um estudo sobre a presença do cinema na Exposição Internacional de 1922, que ocorreu no Rio de Janeiro. A documentação escrita foi fundamental para compreender o fenômeno. Neste caso, em que a análise não está centrada na obra de um diretor ou em um movimento ou ciclo, mas sim no momento cultural mais amplo com o qual o cinema dialoga e dele participa, os acervos documentais das cinematecas não são suficientes para entender a experiência, sendo necessário explorar arquivos ainda não consultados pelos historiadores do nosso cinema”.

Pesquisar, na verdade, é descobrir novos arquivos. E nisso o pesquisador geralmente chega antes da *web*. “A internet, tal como os arquivos públicos e privados, funciona por meio de seleção prévia daquilo que se imagina ser de interesse do usuário. E o verdadeiro trabalho do pesquisador é driblar esses filtros e ir atrás daquilo que está oculto”, ensina Luís Alberto Rocha Melo, estudioso da história do cinema brasileiro, cineasta e redator de Filme Cultura. Alexandre Figuerôa, autor de um artigo nesta edição, soma outros argumentos nessa linha: “O que será disponibilizado pela *web* deverá ser sempre os documentos e publicações oficiais, institucionais e das produções hegemônicas, ou seja, sempre existirá uma produção impressa marginal, periférica, alternativa, não massiva que sobreviverá e não estará incluída nos acervos digitais”.

A professora, cineasta e pesquisadora Aída Marques lembra que a produção de nova documentação em papel não dá sinais de estar se extinguindo, ainda que muita coisa já seja produzida em outros suportes. Ela vê o fim da pesquisa em papel num “longuíssimo prazo”. E argumenta: “O processo de digitalização dos acervos em papel apenas engatinha, especialmente no Brasil, mesmo em instituições sérias e relativamente bem dotadas em termos de verbas”.

É claro que na internet já existem muitos motivos para os pesquisadores festejarem. A ampla filmografia disponível através do *site* da Cinemateca Brasileira, o Acervo Alex Viany e as coleções das revistas Cinearte, A Scena Muda e Filme Cultura são alguns deles. Ainda assim, é muito pouco diante do tanto que ainda espera digitalização. “Embora a cada dia novos conjuntos de documentos sejam disponibilizados, acredito que a soma de tudo o que podemos atualmente consultar pela internet não passa da ponta do *iceberg*. No caso brasileiro, sobretudo, não passa de uma raspinha de gelo da ponta do *iceberg*”, enfatiza Carlos Roberto de Souza, ex-diretor da Cinemateca Brasileira. Souza chama atenção para um aspecto importante: “É bom torcer para que os arquivos que digitalizam acervos não cometam a temeridade de destruir os documentos originais. Lembro isso porque o procedimento é executado com alguma frequência”.



Paulo Paranaguá, pesquisador interessado no cinema latino-americano e autor de outro artigo nesta edição, pergunta-se: “Alguém imagina seriamente que o material sobre cinema é uma prioridade para digitalização, pelo menos na América Latina?”. Em Brasília, a pesquisadora Berê Bahia, cujo interesse recai sobre o cinema brasiliense e o festival local, oferece um esboço de resposta: “Por incrível que pareça, sendo o Festival de Brasília o mais antigo do país, seu acervo ainda não está digitalizado. E apesar de inúmeros sítios e *blogs* especializados em cinema, não dá para confiar numa total cobertura da produção candanga em seus 52 anos de história”.

Ao usar a palavra “confiar”, Berê Bahia toca no nervo de outra questão importante: a desconfiança na internet. Myrna Brandão, presidente do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro, avalia que a *web* “é imbatível como base de dados, mas, de modo geral, não é produtora confiável de conhecimento, o que requer sempre alguns cuidados”. Preocupação semelhante é citada pela pesquisadora Solange Straub Stecz, responsável pela coordenação da Cinemateca de Curitiba: “Mesmo com as facilidades da internet, o pesquisador precisa confrontar dados e acrescentar informações muitas vezes só disponíveis no suporte físico, como anotações de pé de página, comentários do autor, revisões, etc.”. Solange cita ainda um dilema muito comum no meio, que é a incerteza quanto à durabilidade das mídias digitais e à confiabilidade da nuvem em dispositivos como Dropbox e semelhantes. Isso sem falar na preservação e recuperação da correspondência e da documentação que circulam em correio eletrônico e através de mensagens de texto, autêntico desafio para o presente e o futuro.

Hernani Heffner, conservador da Cinemateca do MAM, é outro que aposta numa ainda longa convivência da pesquisa *on line* e *on paper*. “Mesmo com a digitalização, será preciso guardar os originais e sempre surgirão questões envolvendo-os. Além disso, a coleta e conservação de informações produzidas diretamente para digital revelou-se frágil e inconstante. Quando o mesmo documento circula em suportes tradicionais, a preferência é por ele, embora se tente reter tanto o papel, por exemplo, quanto o arquivo digital.” Heffner não se esquivava, contudo, a reconhecer uma tendência: “A consulta a arquivos tradicionais tende a diminuir e ficar restrita a pesquisadores que lidem com o século XX, se a área de pesquisa é cinema. De uma maneira geral, existirão documentos, cada vez em menor número, que ainda serão produzidos em suportes físicos como o papel. Serão os originais únicos, como cartas, rascunhos, desenhos, etc.”

Autor de diversos livros sobre cinema brasileiro e que também assina artigo nesta edição de Filme Cultura, José Inácio de Melo Souza aponta os jornais diários e as revistas semanais como “zonas frágeis” para o papel, em função do advento das edições *on line*. De todo modo, ele vê os acervos de papéis ganhando cada vez mais importância graças ao estabelecimento de coleções em instituições públicas como a Cinemateca Brasileira e à sobrevivência de instituições privadas como a Cinédia. Melo Souza elege a política de compra de acervos favorecida pela Secretaria do Audiovisual nos últimos anos como “uma das ações governamentais mais positivas encetadas pelo Estado para a preservação da cultura cinematográfica.”





Dependência da celulose

Nem o mais louco dos homens ousaria prever o fim do contato do homem com o papel. Como diz Carlos Roberto de Souza, “a experiência sensorial e cognitiva do objeto livro é tão infinitamente rica de informações quanto o contato direto com qualquer documento de pesquisa em papel”. Luís Alberto Rocha Melo chega a apontar no papel um valor fenomenológico: “A internet e o computador instituíram um outro tempo, outras noções de espaço e de circulação de informações, um ritmo vertiginoso, que requer uma outra dinâmica de trabalho. Por isso a experiência de se pesquisar em acervos físicos é tão importante. O seu tempo muda. Você não se relaciona apenas com o papel, mas com todas as pessoas que cuidam do acervo, com a própria instituição, com as questões políticas que regem essa instituição. E a maneira como você se relaciona com tudo isso pode ser decisiva no sucesso ou no fracasso da sua pesquisa”.

Os prazeres da convivência com os papéis levam muitos pesquisadores a manter seus acervos em casa. O veterano Máximo Barro é um deles: “Jamais destruí um papel do acervo. Seria uma condenação *in aeternum*, sem possibilidade de reabilitação. Freudianamente os possuo como se fossem mães e filhas. Apesar dos confrontamentos que tenho com a esposa, continuo preservando a papelada nas aras onde sou diácono e mesmo em guarda-roupas de outras jurisdições”. Autor de diversas biografias, professor, montador e pesquisador emérito, Barro assim sugere o seu autorretrato: “O meu rosto num corpo de frade beneditino escrevendo sobre cinema com pena de ganso, mas tendo à sua frente o prelo de Gutenberg”. Não obstante, ele tem elogios à possibilidade de usar os teclados do computador para consultar em casa os arquivos de jornais e de outras instituições.

Ainda mais radical na opção pelo papel é a jornalista Maria do Rosário Caetano, organizadora de vários livros e que se identifica como “uma agitadora cultural preocupada com a preservação e difusão da memória cinematográfica brasileira”. Rosário não costuma navegar pela internet, embora se corresponda por *e-mails*. Leitora voraz de jornais e revistas, tem por hábito enviar aos amigos páginas de jornal anotadas. Guarda muito papel em casa, embora de forma caótica, como faz questão de dizer. Ela acha que os acervos em papel continuarão importantes “até que o país tenha recursos e quadros qualificados para digitalizar tudo o que foi gerado em documentos e livros, e formatar mecanismos de acesso a todos os interessados”.

Entre os menos celulose-dependentes, a crescente disponibilização de dados na internet vem fazendo com que mais e mais acervos pessoais sejam destinados a instituições. Antonio Leão da Silva Neto doou seu grande acervo a um instituto. José Inácio Melo Souza, que se diz em processo de “abandonar a pesquisa”, encaminhou sua coleção particular para a Cinemateca Brasileira. Hernani Heffner garante que nunca guardou nada. “Coloco tudo na Cinemateca do MAM. Não faz sentido ter ‘acervo pessoal’, a não ser que se queira ganhar alguma coisa com ele no futuro...” ■

(Leia a íntegra das respostas dos pesquisadores em filmeicultura.org.br)